

Lei nº 212/77 de 31/10/77

A Câmara Municipal de São José do Barreiro
d e c r e t a:

Artigo 1º - Fica a Prefeitura Municipal de São José do Barreiro autorizada a receber, mediante doação de ^o Belidônio e quem de direito, um imóvel situado no Município de São José do Barreiro, deste Estado, des-
na planta que integra a presente Lei.

Artigo 2º - Lida e transcrita a respectiva escritura, a Prefeitura deverá urbanizar a referida executando todos os melhoramentos necessários, como de logradouros públicos, obedecendo as normas e urbanísticas, conforme a legislação em vigor.

Artigo 3º - A Prefeitura dividirá a área adiantando o leito dos logradouros públicos em lotes de aproximadamente 2.000 m², cada um, que serão subdivididos em quadras.

Artigo 4º - Mediante concorrência pública, em que serão apreciados os critérios de idoneidade e capacidade de cada um, inclusive encargos de família, os referidos lotes serão dados a pessoas que vierem a se interessar em residir neste Município.

Artigo 5º - A doação será feita com encargo de cada donatário, no lote que então receber, dentro do prazo de cento e vinte (120) dias após a escritura de doação, concluir os alicerces e, vinte (20) meses para Término da obra que não poderá ter menos de cento e vinte (120) metros quadrados de área de construção de residência, com planta aprovada por órgãos técnicos da Prefeitura.

Artigo 6º - No caso de que não seja dado início à construção aludida no artigo anterior, dentro do prazo ali estabelecido, a doação caducará, de pleno direito, com reversão do lote à Prefeitura, e benfeitoria, acaso existentes, que poderá, respeitadas as normas aqui estabelecidas, doá-la a outrem, com as mesmas obrigações e deveres.

Artigo 7º - Não será permitida a venda dos lotes a terceiros, enquanto não satisfeita a condição do artigo 5º.

Artigo 8º - Na escritura de doação referente no artigo 1º desta Lei, constará expressamente que o imóvel será doado gratuitamente à Prefeitura, mas com as condições previstas nesta Lei.

Artigo 9º - Os doadores se obrigam a não revogar a doação que vier a ser feita, sob pena a Prefeitura não dar ao imóvel o destino previsto nesta Lei, dentro do prazo de cinco anos a contar da doação.

Artigo 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

~~C. B. Alves~~

Sala das Sessões em 3 de Novembro de 1.977

presidentes.